

MEDIDA CAUTELAR

CADASTRO DE INADIMPLENTES

NOME INCLUÍDO EM CADASTRO NEGATIVO, SEM NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COMO PRESCREVE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SR. DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , residente e domiciliado (a) na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor RECLAMAÇÃO CÍVEL em face de , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º , com sede na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , CEP , representada neste ato por seu (sua) sócio(a) gerente Sr. (a) , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS O Requerente efetuou compras nas lojas da Requerida estabelecendo relações comercial com a mesma. Ocorre que, diante da oscilação do mercado e da economia brasileira, o Requerente passou a ter dificuldades em saldar suas obrigações. Procurou a Requerida para fazer acordo ou parcelar o saldo devedor, porém não obteve sucesso em suas negociação, pois sobre o valor original incidiu-se juros abusivos e ilegais, não havendo possibilidade de pagamento por parte do Requerente. Não encontrou, assim, outra alternativa senão a tutela jurisdicional para saldar sua dívida sem sofrer qualquer tipo de abuso. Outro aspecto que deve ser levado em consideração, é o procedimento adotado para a negativação do nome do Requerente junto ao banco de dados do órgão de proteção ao crédito - SCPC, pois, a requerida não respeitou legais exigidos, uma vez que, o fez sem qualquer aviso ou notificação à requerente. A inclusão no SCPC: Nome: CPF:..... Data:..... Valor:..... DO DIREITO O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), sem seus art. 43, § 2º e art. 51, inciso IV e XV, demonstram exatamente o que o Requerente está sofrendo, como segue: "Art. 43. ... § 2º. A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, ..." "Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: ... IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com boa-fé ou a equidade; ... XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor." Como é sabido, deve ser realizado o Protesto do Título, e conseqüentemente a notificação do devedor, para que o título torne-se público, e posteriormente seja efetuada a inclusão deste nome no cadastro do SCPC. "Art. 1º. Protesto é ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigações originada em título e outros documentos de dívida." (Lei nº 9.492/97). No presente caso, a Requerente não recebeu nenhum tipo de aviso ou notificação sobre qualquer título protestado em seu nome assim, totalmente indevida a inclusão pelo credor, do nome do Requerente, junto ao SCPC. DOS PEDIDOS Diante do exposto, vem, mui respeitosamente requer: a)Seja julgada procedente a presente ação, no sentido de determinar-se judicialmente o exato valor a ser pago pelo Requerente à Requerida, sem a incidência de juros abusivos e ilegais, cobrando-se apenas juros e multas legais; b)Seja expedido com urgência, ofício para SCPC, para que, o nome do Requerente deixe de constar em definitivo do referido órgão, tendo em vista a irregularidade da inscrição; c)Seja citada a Requerida via AR, para querendo oferecer defesa, sob as cominações legais (Revelia e Confesso); d)Seja a Requerida condenada em honorários de sucumbência e demais cominações legais; e)Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive pericial,

juntada de novos documentos e testemunhal. Dá-se à causa o valor de R\$ Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB